

**ILUSTRE SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE LICITAÇÕES DA  
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU**

**Pregão Eletrônico nº 90018-2024/GALIC/AC/CBTU  
Processo nº 4950-2024**

**X CAR VEICULOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 50.325.167/0001-09, neste ato representada por seu representante legal **MATEUS GRANDO GAYER**, inscrito no CPF nº **014.025.310-60**, tempestivamente, vem apresentar contrarrazões ao Recurso interposto pela empresa **KASA MOTORS LTDA (SAGA MOTORS)**.

**I – DOS FATOS**

Acudindo ao chamamento deste órgão para o certame licitatório, a recorrida e outras concorrentes vieram participar.

Trata-se de licitação do tipo pregão eletrônico, que tem como objeto “Aquisição de 2 (dois) veículos utilitários tipo caminhonete Pick-Up e de 2 (dois) veículos automotores tipo sedan executivo, todos novos, modelos 2024 ou 2025”, **sendo o presente recurso interposto contra a habilitação referente ao item 2, Veículo automotor, tipo sedan, modelo executivo, novo, ano modelo/fabricação 2024/2024 ou 2024/2025, COR PRETA capacidade para 5 ocupantes, 5 portas incluindo o porta malas, Híbrido ou bicom bustível (gasolina e etanol), sugestão TOYOTA COROLLA.**

Aberta a fase de lances a empresa recorrida sagrou-se vencedora, após a análise de sua documentação e proposta, foi declarada habilitada pelo duto pregoeiro. Ele é responsável pelo certame e realizou a análise documental da empresa recorrida, **decidindo por declarar a empresa habilitada e vencedora do certame.**

Entretanto, insatisfeita a empresa KASA MOTORS LTDA (SAGA MOTORS), interpôs recurso informando que a empresa não atendia aos requisitos editalícios, buscando atacar os atestados de capacidade técnica acostados, bem como a documentação contábil da recorrida.

Ocorre que o presente recurso não merece prosperar, porquanto **busca tumultuar o processo licitatório, tendo em vista que a Recorrente não logrou êxito durante a disputa convencional.**

## **II – DA TEMPESTIVIDADE**

Cumpramos ressaltar que este recurso é apresentado dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, iniciado a partir de 13/12/2024 preceitos estabelecidos pelo Edital, em observância ao devido processo legal, garantindo o direito de ampla defesa e contraditório.

## **III - DOS PRINCÍPIOS**

A licitação na modalidade pregão é condicionada aos princípios basilares da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como os princípios correlatos de **razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.**

## **IV – DA LEGITIMIDADE DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA**

A empresa recorrente ao analisar a documentação apresentada pela empresa não encontrando nada que atestasse que a empresa não seria capaz de desempenhar o objeto do certame, traz a luz argumento de que supostamente os atestados da empresa não teriam validade.

A veracidade da prestação de serviços exigidos durante o processo licitatório é determinada pela apresentação de atestados de capacidade técnica. Neles a empresa licitante demonstra os trabalhos por ela realizados.

Inicialmente destacamos que compreendemos a necessidade da exigência da comprovação de experiência previa relacionada ao objeto da licitação, bem como isso auxilia o Estado na realização de suas contratações, sendo comprovada a veracidade da prestação de serviços exigidos durante **o processo licitatório pela apresentação de atestados de capacidade técnica**. Através deles a empresa licitante demonstra os trabalhos por ela já realizados, bem como os contratos que deram a sua origem.

**Entendemos que os atestados apresentados pela empresa recorrente atendem perfeitamente ao objeto da licitação.**

O atestado técnico é previsto na Lei 8.666/93 e mantido na nova Lei de licitações 14.133/21, destacando-se e reafirmando sua importância.

O atestado de capacidade técnica é um documento emitido por outra empresa ou órgão público, sobre algum serviço que a empresa licitante já tenha elaborado, ou seja, interpretando a letra da lei, o atestado de capacidade técnica funciona como uma simples carta de declaração emitida por outra empresa ou por algum órgão da administração pública que o fornecedor licitante já tenha prestado serviços.

**No caso concreto, estamos diante de insurgência referente a atestado de capacidade técnica emitido pela Prefeitura Municipal de Vitória/ES.**

Primeiramente a empresa recorrida destaca que acostou ao presente feito 3 atestados de capacidade técnica, sendo dois deles fornecidos por Prefeituras (Prefeitura de Guarapari – ES, referente ao Pregão Eletrônico 079/2023 e Prefeitura de Vitória-ES, referente a AF nº 1140/2023), já o

atestado emitido por empresa privada possui a autenticação pelo Cartório do 1º Ofício de Araruama, ou seja, foi autenticado pelo servidor escrivão tendo a mesma fé pública que os documentos emitidos pelo Poder Público.

Lembrando que os agentes públicos, ao praticar atos públicos, possuem a prerrogativa da fé pública, pois o fazem sobre o manto dos princípios e leis que regem a administração pública, dentre os quais os Princípios da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado, Imparcialidade, Neutralidade, Impessoalidade, Legalidade, Moralidade e Segurança Jurídica.

A DOUTRINA esclarece o seguinte:

A qualificação técnica tem a finalidade de aferir a aptidão técnica do licitante conferindo segurança à Administração Pública de que ele possui pleno conhecimento técnico para a execução do contrato, caso se sagre vencedor do certame.

Neste sentido, Joel de Menezes Niebuhr descreve que a **“Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo” (grifo nosso).**

O art. 64, §1º da Lei 14.133/21, confere à Administração Pública a prerrogativa (poder-dever) de realizar diligências **que busquem sanar qualquer dúvida ou complementar com informações que julgarem necessárias.**

No presente certame **o argumento trazido pela recorrente é direcionado com o único fundamento de não admitir que não logrou êxito**

**durante a disputa do certame.** Buscando trazer para o atual momento que as licitações estão um formalismo ultrapassado e ineficiente.

**No presente caso, a empresa recorrente não logrou êxito em vencer a recorrida na fase de lances e busca sob um argumento ultrapassado, desclassificar a proposta mais vantajosa da empresa VENCEDORA.**

Ao realizar a análise da documentação da empresa, bem como sua proposta, o doutro pregoeiro verificou que toda a documentação, bem como o veículo ofertado estavam de acordo com o presente edital e atendiam as necessidades do órgão licitante.

**A expertise, bem como sua capacidade operacional já foi demonstrada sem sequer haver qualquer questionamento por parte da equipe técnica da licitação, servidores capazes de realizar a análise documental e atestar a capacidade dos licitantes.**

Logo, havendo alguma dúvida acerca qualquer documentação da empresa, a Administração Pública deverá realizar diligências a fim de elucidar qualquer informação que seja necessário. Acerca do poder-dever da Administração em fiscalizar a execução do contrato caso haja alguma irregularidade, o TCU já decidiu nesse sentido:

ACÓRDÃO 2003/2022 – PLENÁRIO

REPRESENTAÇÃO. SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DE CONTRATO PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS. CONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO, REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS. DESCUPRIMENTO REITERADO. MULTA. NOVAS DILIGÊNCIAS. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE

## INSPEÇÃO. INFORMAÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

É importante ressaltar que a licitação não é uma disputa de quem cumpre melhor o edital, mas a forma que o Poder Público tem de adquirir bens e serviços pelo menor preço, devendo ser levado em consideração o interesse da coletividade em detrimento do interesse particular.

Dessa forma, concluímos que a licitação não é um fim em si mesma, tendo em vista que o procedimento licitatório, embora de natureza formal, deve transcender ao burocratismo exacerbado e inútil, até mesmo porque o procedimento deve estar voltado para a eficácia da máquina administrativa e orientado pelos princípios norteadores.

Portanto, o argumento de que os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa recorrida necessitam de diligências **não encontra amparo**, visto que foram emitidos pela administração pública e possuem seus registros no portal da transparência e número do procedimento realizado.

### **V – DA DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL DA EMPRESA RECORRIDA**

A recorrente busca a desclassificação da empresa vencedora aduzindo que não estão de acordo com a legislação vigente, no caso a Lei 14.133/2024.

Assim como fazia o regime da Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 14.133/2021 concebeu a qualificação técnica como a etapa da habilitação dirigida a permitir que os licitantes demonstrem possuir saúde e higidez econômicas mínimas para assumir os encargos decorrentes da contratação licitada.

No presente edital, a habilitação econômico-financeira está contida nos itens 9.18 até o item 9.25.

Dentro de toda a documentação exigida, consta a obrigação da empresa licitante acostar o balanço patrimonial autenticado na junta comercial ou via ECD/SPED, bem como demonstrar os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um).

O balanço apresentado pela empresa recorrida foi emitido via ECD/SPED, ou seja, é um balanço patrimonial que tem suas informações diretamente obtidas da Receita Federal.

O Decreto 6.022 (planalto.gov.br) de 22/01/2007 que institui o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

Art. 2º – O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Portanto, o balanço acostado está nos padrões da Receita Federal, bem como da Lei 14.133/2021, não havendo razão para que a recorrente se insurja aduzindo de forma leviana que as informações que constam no balanço poderiam ou não serem computadas, visto que possui a própria

validação da Receita Federal, autoridade Fiscal e Tributária legítima para analisar as informações enviadas pela empresa Recorrida.

Como se não fossem suficientes, a empresa trouxe aos autos índices econômicos que estão acima de 1, bem como certidão de falência atualizada. Tais informações são mais que suficientes para demonstrar a boa saúde financeira da empresa X CAR VEICULOS LTDA.

**A empresa encontra-se em boa saúde financeira que o douto pregoeiro sequer exigiu diligências acerca da boa saúde, visto que a empresa além de já ser fornecedora de outros municípios, demonstrou estar com a documentação atualizada e dentro dos padrões normativos.**

Portanto, não há dúvidas de que a empresa X CAR VEICULOS LTDA demonstrou ser qualificada, visto que atendeu a todos os requisitos editalícios, bem como as necessidades do órgão licitante. Assim, o argumento de a empresa não estaria de acordo com a legislação vigente não se sustenta, porquanto a empresa vencedora é fornecedora de confiança e sempre entregou veículos de boa qualidade que irão trazer conforto, eficiência e economia aos entes públicos.

## **VI - DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, requer-se, respeitosamente, que:

- a) Sejam recebidas e processadas as presentes contrarrazões e no mérito seja **IMPROVIDO** o recurso interposto pela empresa **KASA MOTORS LTDA (SAGA MOTORS)**, devendo ser mantida a habilitação da empresa **X CAR VEICULOS LTDA**, porquanto a recorrente atendeu a todos os requisitos previstos no referido edital;



b) subsidiariamente, caso o Pregoeiro entenda por deferir o pedido, requer desde já a cópia de todo o processo licitatório, para que seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União.

Vitoria, 11 de Dezembro de 2024.

---

REPRESENTANTE LEGAL  
**X CAR VEICULOS LTDA**  
CNPJ nº 50.325.167/0001-09